



ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR

Vol. XIII (2012)

ISSN 0874-9671 (impresso/print)

ISSN 2795-4455 (electrónico/online)

Homepage: <https://revistas.rcaap.pt/aham>

Da representação do «Outro» no Códice Casanatense, ou como as representações visuais se aliam a uma cronística da Expansão

Ana Paula Avelar 

Como Citar | How to Cite

Avelar, Ana Paula. 2012. «Da representação do «Outro» no *Códice Casanatense*, ou como as representações visuais se aliam a uma cronística da Expansão». *Anais de História de Além-Mar* XIII: 113-132. <https://doi.org/10.57759/aham2012.37156>.

Editor | Publisher

CHAM – Centro de Humanidades | CHAM – Centre for the Humanities
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade NOVA de Lisboa | Universidade dos Açores
Av.^a de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa, Portugal
<http://www.cham.fcsh.unl.pt>

Copyright

© O(s) Autor(es), 2012. Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

© The Author(s), 2012. This is a work distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted reuse, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.



As afirmações proferidas e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade do(s) autor(es).
The statements made and the rights to use the images are the sole responsibility of the author(s).

DA REPRESENTAÇÃO DO «OUTRO» NO *CÓDICE CASANATENSE*, OU COMO AS REPRESENTAÇÕES VISUAIS SE ALIAM A UMA CRONÍSTICA DA EXPANSÃO

por
ANA PAULA AVELAR *

A história e o contexto da produção dos vários desenhos que constituem o códice n.º 1889 guardado na Biblioteca Casanatense de Roma foram meticolosamente traçados por Luís de Matos, quando este, em 1985, concretizou a sua intenção de publicar na íntegra as imagens policromadas que o constituem. Todavia, o seu estudo continua em aberto, merecendo da comunidade académica uma particular atenção, pela importância de que se reveste. O cuidadoso «estado da arte» que Luís de Matos nos ofereceu deve ser o ponto de partida para esta análise do modo como o Outro é figurado neste manuscrito.

Na introdução deste historiador à reprodução do códice são assinalados exaustivamente os vários estudos parciais que, à data, tinham sido elaborados¹, e referenciada a reprodução parcial do códice. O autor destas imagens policromadas teria sido possivelmente um indiano ou um «asiatizado», que efectuaria em Goa e em Cambaia os desenhos que posteriormente chegariam a Lisboa². A par destas notas, Luís de Matos traça sinteticamente o quadro

* Universidade Aberta/CHAM.

¹ Confrontem-se as extensas notas de rodapé em que se assinalam os trabalhos de: Georg SCHURHAMMER, «Desenhos orientais do tempo de S. Francisco Xavier», in *Garcia da Orta*, Lisboa, Junta das Missões Geográficas e de Investigação do Ultramar (número especial dedicado à Índia portuguesa e integrado nas comemorações do quarto centenário da introdução da imprensa em Goa), [1956], pp. 247-255; Roberto BARCHIESI, «L'Oriente catalogato in un manoscritto pittorico del Cinquecento», *Quaderni portoghesi*, 4, Pisa, 1978, pp. 163-182; Fernand BRAUDEL, Gianni GUADALUPI, R. BARCHIESI, Duarte BARBOSA, *Oltremare: Codice casanatense 1889: con il Libro dell'Oriente di Duarte Barbosa*, Franco Maria Ricci, 1984 [obra editada em 1987 em língua portuguesa pela Bertrand].

² Cf. Luís de MATOS, *Imagens do Oriente no Século XVI – Reprodução do códice português da Biblioteca Casanatense*, Lisboa, INCM, 1985, p. 51.

cultural em que, em seu entender, o códice teria sido produzido e comenta cada um dos desenhos policromados, afirmando:

O que nos propomos fazer nos comentários que se seguem acerca de cada um dos desenhos não é mais do que uma contribuição para o estudo do álbum: mostrar a sua veracidade, o seu realismo, recorrendo à literatura histórico-geográfica portuguesa do Renascimento, sem receio de transcrever passos mais ou menos longos e sem necessidade de chamar sistematicamente a atenção para a concordância entre os textos citados e os desenhos; concluir-se-á que o pintor viu na generalidade as diferentes populações africanas e orientais do mesmo modo que os seus contemporâneos³.

A ideia que subjaz ao seu texto é a de reforçar o facto de, ao longo do século XVI, se encontrar uma série de dados que comprovam que o desenho e a pintura eram uma prática comum entre os portugueses que visitavam ou permaneciam nos espaços orientais⁴. Contudo, considero que, diferentemente do que Luís de Matos assinala, o desenho não é uma prática isolada de quem transmite o que de novo regista sobre os espaços extra-europeus. Com efeito, defendo que ele faz parte da narração, complementando as descrições narrativas de Quinhentos. Subscrevo John Dixon Hunt, quando, ao sistematizar os processos de interação entre o uso da palavra nas artes visuais ao longo dos séculos, defende que uma das estratégias possíveis é a da colaboração, em que «[...] the verbal and visual emphatically rely upon the other's presence, even perhaps ape or affect the other's strategies to the extent that the removal of one from the whole ensures a loss [...]»⁵.

Esta é a estratégia recorrentemente utilizada na escrita quinhentista produzida em Portugal. Veja-se, por exemplo, o caso de Gaspar Correia, que nas suas *Lendas da Índia*⁶ incluiu desenhos que representam os governadores e vice-reis da Índia e alguns dos lugares onde os portugueses se fixaram. Conhecemos, até à data, os esboços de Afonso de Albuquerque, Diogo Lopes Sequeira, Vasco da Gama, Pêro de Mascarenhas, Lopo Vaz de Sampaio, Nuno da Cunha, D. Garcia de Noronha, D. Estevão da Gama, Martim Afonso de Sousa, D. João de Castro, Garcia de Sá e Jorge Cabral dos lugares de Malaca, Calecute, Adem, Coulão, Ormuz, Judá, Ceilão, Cananor, Chalé, Baçaim e Diu.

³ L. de MATOS, op. cit., p. 53.

⁴ Cf. L. de MATOS, op. cit., pp. 23-30.

⁵ John Dixon HUNT, David LOMAS, Michael CORRIS, *Art, Word and Image – Two thousand years of Visual/Textual Interaction*, London, Reaktion Books, 2010, p. 18.

⁶ Atente-se no facto de as *Lendas da Índia* só serem impressas no século XIX, a partir dos manuscritos que teriam chegado a Portugal em 1583 pelas mãos de D. Miguel da Gama. Gaspar Correia morreu na Índia na segunda metade do século XVI, sem ter tido notícias da impressão da sua obra. Para conhecer brevemente o percurso deste cronista da Expansão, cf. Ana Paula AVELAR, «Gaspar Correia», in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa*. [Consultado a 26 de Novembro de 2012] Disponível em <http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve>.

Nestes últimos, sinalizam-se as fortificações e detalha-se a descrição topográfica dos espaços, projectando-se neles a visão *aérea* do mar para terra⁷, usando, como Pedro de Aboim Inglez Cid sinaliza, uma notação em que o observador deveria estar colocado em altura, ainda que tivessem sido recolhidas informações a nível do solo. Gaspar Correia combina os efeitos da perspectiva axonométrica e dos traçados com ponto de fuga, dominando no desenho das fortalezas certos mecanismos de representação espacial de base abstracta⁸, detalhando na narração os elementos que precisariam o discurso, como os torreões soterrados, o andar das ameias, ou a subtil ponte de madeira delgada erigida a partir de um pequeno postigo localizado num muro sobre a barroca⁹.

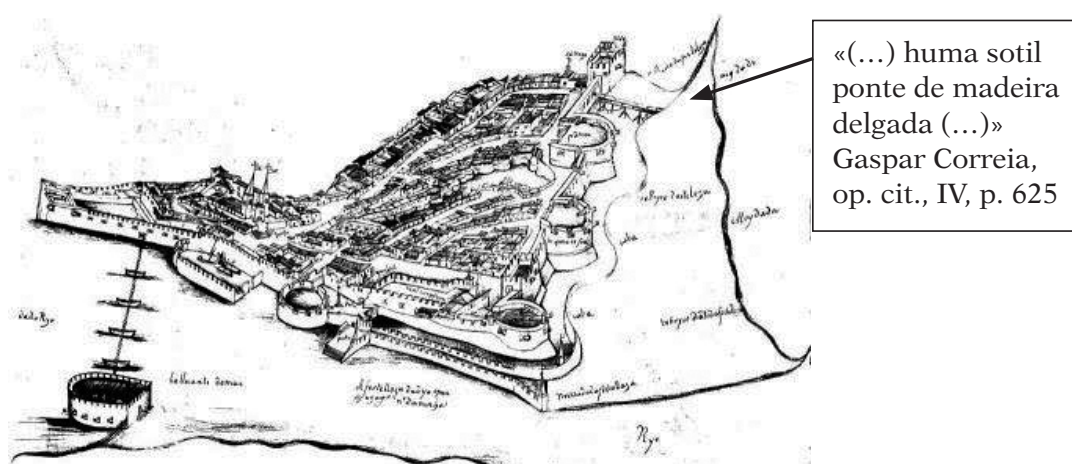


Fig. 1 – Diu nas *Lendas da Índia* de Gaspar Correia

O processo de fixação de Portugal no espaço asiático inicia-se com a construção de feitorias – fortalezas onde se foram estabelecendo comuni-

⁷ Cf. a título de exemplo, a descrição de Gaspar Correia de Diu, explicitando que: «[...] o muro se fez pola frontaria da parte da cidade, porque da banda do mar era penedia de grandes piçarras muy altas. Do panno do muro se fizerão cinco cubelos redondos, entulhados até o andar das amêas, ficando a porta pêra cidade junto da borda do rio, sobre que se fez huma torre sobradada, de que cahia huma grossa porta d'alçapão. E outra torre quadrada se fez no outro cabo do muro sobre a barroqua, onde auia hum pequeno postigo, com huma sutil ponte de madeira delgada [sinalizada na Fig. 1] que atrauessa a outra banda da cidade, como n'este papel parece». Gaspar CORREIA, *Lendas da Índia*, Porto, Lello & Irmão, Vol. IV, 1975, p. 625.

⁸ Ao confrontar os desenhos de Duarte de Armas no *Livro das Fortalezas* e de Gaspar Correia nas *Lendas da Índia*, Pedro de Aboim Inglez Cid afirma que Gaspar Correia: «[...] utilizou uma notação menos directa, mais codificada, que supunha o observador colocado “em altura” (não dispensando, tal como é lógico, a tomada de apontamentos preparatórios a nível do solo). Nestes termos, a profusão de pormenores nas ilustrações das *Lendas da Índia* não nos deve impedir de reconhecer o domínio que o seu autor teria dos mecanismos de representação espacial de base abstracta; percebe-se de resto que Gaspar Correia combinava com apreciável à-vontade, num mesmo desenho, efeitos de perspectiva axonométrica e dos traçados com pontos de fuga.» Pedro de Aboim Inglez CID, «As Fortalezas Manuelinas do Índico: Características e Antecedentes», *Anais de História de Além-Mar*, n.º 12, 2011, p. 11.

⁹ Cf. nota 7.

dades portuguesas, base de uma estrutura político-administrativa da Coroa que assentou, como vários historiadores têm demonstrado, num domínio marítimo em que a comunicação entre os dispersos colonatos portugueses situados no litoral era assegurada pelo transporte por mar e não por terra¹⁰. A partir de 1505, a permanência de um governador ou vice-rei que representaria o monarca e dirigiria o oficialato português, teria como objecto fortalecer a permanência imperial. No momento em que o segundo governador, Afonso de Albuquerque (1509-1515) morreu, o Estado Português da Índia tinha já, em termos gerais, a sua configuração estratégica definida, a qual permaneceria até 1620.

Após o governo de Albuquerque, a malha da presença portuguesa continuou a fortalecer-se, celebrando-se acordos com diferentes potentados locais, aproveitando-se disputas, construindo-se um empório comercial onde estrategicamente se cartografavam as costas com presença portuguesa. Através de avanços e retrocessos, a Coroa procuraria monopolizar os vários tratos, dando maior ou menor liberdade aos particulares portugueses, «asiatizados» ou asiáticos, que negociavam nas várias praças sob domínio do monarca português¹¹.

Os desenhos inclusos por Gaspar Correia nas suas *Lendas da Índia* complementam a narrativa de uma crónica da Expansão, expondo o desenho, o quadro geral de um espaço então ocupado pela Coroa portuguesa, e a narração, o detalhe da sua construção e ocupação. Recorde-se, aliás, como António Bocarro, ao preparar, a pedido de Filipe IV, o seu *Livro das Plantas de Todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental*, se socorre igualmente de plantas de Pedro Barreto de Resende, deste modo completando as descrições das praças portuguesas com os respectivos desenhos¹².

Para além de incluir na sua crónica da Expansão portuguesa os desenhos já assinalados, Gaspar Correia refere que D. João de Castro, devido ao seu conhecimento da arte de desenhar, o teria chamado para que: «[...] trabalhasse por lhe debuxar per natural todos os Gouvernadores»¹³. O domínio desta arte permitiu-lhe dar as indicações ao pintor da galeria dos governadores e vice-reis, orientando-o no esboço dos traços fisionómicos dos

¹⁰ Cf., a título de exemplo, a recente síntese de Anthony John R. RUSSELL-WOOD, «Padrões de Colonização no Império Português, 1400-1800», in Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto (dir.), *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*, Lisboa, Edições 70, 2010, pp. 171-206.

¹¹ O estado da arte relativo à configuração do «Estado da Índia» foi ainda recentemente realizado por Francisco BETHENCOURT, «Configurações Políticas e Poderes Locais» in Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto (dir.), op. cit., pp. 211-233. Para uma sistematização do quadro geral da presença portuguesa no espaço asiático, nomeadamente no período a que nos referimos, cf. Francisco BETHENCOURT e Kirti CHAUDHURI, *História da Expansão Portuguesa*, Vol. 1 («A Formação do Império, 1415-1570»), [Lisboa], Círculo dos Leitores, 1998.

¹² Cf. Isabel CID, «Introdução» in António Bocarro, *O Livro das Plantas de Todas as Fortalezas, cidades e povoações da Índia Oriental*, Lisboa, INCM, Vol. 1, 1992, pp. 9-35.

¹³ G. CORREIA, op. cit., Vol. IV, p. 596.

retratados, visto tê-los conhecido pessoalmente. É ainda Gaspar Correia quem evoca a pintura como testemunho da veracidade dos factos que relata, nomeadamente quando descreve a partida de Lisboa da armada de Vasco da Gama, em 1497:

E sendo dia de Nossa Senhora de Março, todos ouvirão Missa, e logo s'embarcarão, e derão à vela, e sahirão do rio indo ElRey no seu batel os acompanhando, e fallando a todos com bênções, e boas horas se despedio delles, ficando sobre o remo até desaparecerem, como parece desta pintura da cidade de Lisboa¹⁴.

Esta aliança entre o desenho e a escrita percorre o Portugal de Quinhentos, podendo ser evocados outros exemplos, como o de D. João de Castro, Gabriel Rebelo ou Jerónimo Corte Real. O primeiro destes autores, nos seus roteiros de Goa a Diu (1538-1539) e do mar Roxo (1540)¹⁵, integra desenhos aguarelados de portos, baixios e aguadas na descrição das viagens¹⁶. Por seu turno, Gabriel Rebelo, na sua *Historia das Ilhas de Maluco escripta no anno de 1561*, introduz cinco desenhos aguarelados que reproduzem desde uma embarcação cora-cora simples, uma outra com vela e outra real, e animais cuja representação pode ser considerada naturalista, recorrendo o pintor ao uso da sombra, de modo a criar o efeito da verosimilhança e realismo¹⁷, passando pela fauna malucense até ao guerreiro armado de escudo e adaga¹⁸.

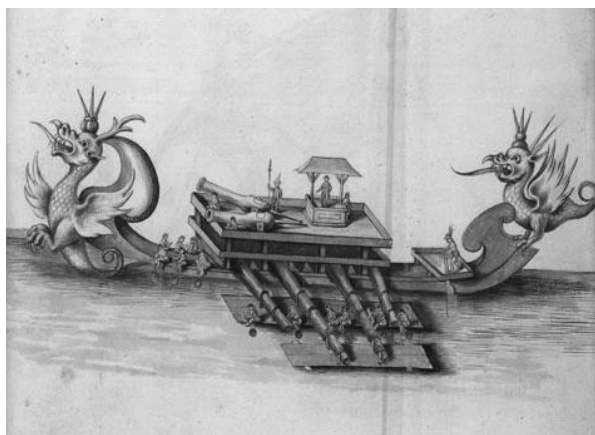


Fig. 2 – «Cora-Cora», embarcação típica das Molucas¹⁹

¹⁴ G. CORREIA, op. cit., Vol. I, p. 15.

¹⁵ Cf. Armando CORTESÃO e Luís de ALBUQUERQUE (ed.), *Obras Completas de D. João de Castro*, 4 vols., Coimbra, Academia Internacional de Cultura, 1976.

¹⁶ Tenha-se em atenção que chegaram até nós cerca de 29 tábuas, cópias espalhadas pela Biblioteca Nacional de Portugal, British Library e Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

¹⁷ Cf. Palmira Fontes da COSTA, «Secrecy, Ostentation, and the Illustration of Exotic Animals Sixteenth-Century Portugal», *Annals of Science*, vol. 66, n. 1, Jan. 2009, pp. 59-82.

¹⁸ Manuscrito que se encontra na Biblioteca Nacional de Portugal. Cf. http://purl.pt/102/1/representacao/exotica/representacao_exotica_zoom_1.html [consultado a 26 de Novembro de 2012].

¹⁹ Ibidem.

Jerónimo Corte Real, no seu poema épico sobre o *Sucesso do Segundo Cerco de Diu* (1574), explica logo no prólogo: «E porque a leitura he grãde, debuxei de minhas mãos os combates, os socorros, & tudo o mais que no descurso deste trabalhoso cerco socedêrão, para que a invêção da pintura satisfaça á rudeza do verso²⁰.» Tal exercício é uma constante nesta obra, o verso e a pintura tecem a descrição de um momento, como acontece, por exemplo, quando Jerónimo Corte Real poetiza uma das saídas de D. João de Mascarenhas para defender a fortaleza de Diu:



Sae dom Ioão Mazcarenhas, & acomete
Co a força dos soldados que leuaua
O muro dos imigos. Os fidalgos
Que vam na dianteira correm rijo,
E postas as escadas com gram pressa
Na muralha dos mouros, vão sobindo
Cubertos dos escudos ao mais alto.
Os dous desafiados procuráram
Por ser ali primeiros: também foram
Os que nestas paredes, com feridas
Espantosas, primeiro foram mortos.
Hia o grande Manoel já quasi em cima,
Quando um Turco chegou, vindo que alcança
Co a mão direita o alto da parede,
Levanta o braço, & dalhe hum fero golpe:
Apartandolhe a mão do braço, ficam
Correndo em fio as veas ruiuo sangue²¹.

Fig. 3 – Detalhe do segundo cerco de Diu em Jerónimo Corte-Real

A complementaridade entre o desenho e a escrita presente nas diferentes obras citadas é declaradamente assumida pelos autores como uma das suas estratégias de narração. Contudo, tal não acontece com Tomé Pires e Duarte Barbosa, considerados por vários historiadores como autores dos textos a que se destinariam os desenhos do *Códice Casanatense*²². Luís de Matos afirma que este é, em si mesmo, um documento histórico-cultural, não servindo como ilustração complementar a nenhuma escrita, e que só poderia ter sido elaborado por quem tivesse vivido nos espaços asiáticos:

[...] ao contrário do que tem sido dito, não deve insistir-se nas suas fontes escritas, isto é, as obras de Tomé Pires e de Duarte Barbosa, nem admitir que o álbum se destinava a ilustrá-las. O pintor não tinha necessidade delas e nem se poderá provar que as tivesse conhecido. Os desenhos são, pelo menos em grande parte, o resultado da sua observação directa²³.

²⁰ M. Lopes de ALMEIDA, *Obras de Jerónimo Corte Real*, Porto, Lello & Irmão, 1979, p. 19.

²¹ Ibidem, pp. 307-308.

²² Recorde-se como Fernand Braudel, Gianni Guadalupi, Roberto Barchiesi editam a obra de Duarte Barbosa a par do estudo deste códice n.º 1889. Cf. nota 1.

²³ L. de MATOS, op. cit., p. 52.

Mas, se tal interpretação é validada pelo detalhe colocado nos desenhos de traço simples do códice, outros vectores explicam a coerência do percurso visual entrevisto. Estes seguem as matrizes construtoras do modo como se descreve e transmite a imagem do Outro no Portugal de Quinhentos e comumente empregues por Tomé Pires, Duarte Barbosa, Gaspar Correia, Fernão Lopes de Castanheda e João de Barros. Estes três últimos autores, cronistas da história da presença portuguesa pelos espaços asiáticos, escreveram na primeira metade de Quinhentos, respectivamente, as *Lendas da Índia*, a *História dos Descobrimentos e Conquista da Índia pelos Portugueses*, e a *Ásia – Dos Feitos Que os Portugueses Fizeram no Descobrimento e Conquista dos Mares e Terras do Oriente*²⁴. Recorde-se que apenas quatro fólios do *Códice Casanatense*²⁵ não representam homens ou mulheres em diferentes ocupações.

Nestes desenhos encontramos sinalizados vários espaços nucleares no percurso marítimo de penetração no Índico, inaugurado pelos portugueses a partir da primeira viagem de Vasco da Gama. Contudo, dever-se-á ter em atenção, como adverte Ernst van den Boogaart, que estes desenhos aguarelados não foram concebidos enquanto um conjunto estruturado, como indiciam várias inconsistências, sistematizadas por este historiador. Segundo ele, a actual sequência não terá sido a original, ainda que seja mais ou menos consensual que a ordenação original tenha sido geográfica. A série iniciar-se-ia no espaço da África Oriental, seguindo as costas arábica e persa. Os desenhos assinalariam, de seguida, a costa ocidental indiana, passando pelo Sri Lanka e pelas Maldivas. A partir deste espaço, seria mostrada a costa oriental da Índia, até Bengala, passando por Pegu, Malaca e pelo arquipelago indonésio, terminando na China²⁶.

Tomando a actual numeração, os dois primeiros fólios²⁷ representam os cafres do cabo de Esperança, a que se seguem os «abexins» (representados

²⁴ Como já referi, as *Lendas da Índia* correm manuscritas no século XVI, só sendo impressas no século XIX. A *História dos Descobrimentos e Conquista da Índia pelos Portugueses* de Fernão Lopes de Castanheda é impressa a partir de 1551 e a *Ásia* de João de Barros, a partir de 1552. Cf. A. P. AVELAR, *Figurações da Alteridade na Cronística da Expansão*, Lisboa, Universidade Aberta, 2003, pp. 23-31.

²⁵ Os quatro fólios são: n.º XVI.26V, sem legenda [uma flor]; n.º XLIX. 91, «Estas cobras que há na Índia são muito peçonhentas; a pessoa que mordem logo morre. Cobras na Índia de duas cabeças não fazem mal»; n.º XLIV. 81, Igreja do pagode; n.º L.92-93, «Hispar:Visno. Brama. Estes são deoses dos Gintios, a que eles chamam pagodes». Cf. L. de Matos, op. cit., pp. 65, 93, 99, 100.

²⁶ Como Ernst van den Boogaart assinala no artigo publicado nesta revista. O autor baseia-se seja na descrição que Georg Schurhammer elaborou no seu artigo sobre os desenhos orientais do tempo de São Francisco Xavier anteriormente citado, seja na sua observação dos mesmos.

²⁷ Seguimos a referência aos desenhos proposta por Luís de Matos na obra citada, isto é, a numeração romana que atribuiu seguida da árabe que se encontra no original: «A dimensão de cada um dos fólios é considerável – 31 cm × 44 cm –, o que quer dizer que a presente reprodução fac-similada não corresponde ao formato original; numerados de 1-141 (dois números

pelos fólhos II.3-4) e os núbios (III.5-6) que habitam no estreito de Meca, da banda da Etiópia, os mercadores (IV.7-8) do mesmo estreito, mas da banda arábica, e, ainda nessa costa, os fartaques (V.9-10), que, segundo a legenda, seriam bons cavaleiros e muito belicosos²⁸.

Os restantes desenhos que percorrem os espaços da Península Arábica referenciam Mascate, nos fólhos VI.11-12, então sujeita a el-rei de Ormuz. No desenho de Mascate representam-se homens e mulheres a banharem-se nas águas, os marinheiros arábicos (VII.13-14 e X.17-18), dois homens num penedo sobranceiro ao mar (VIII.14bis e XI.19) e os lavradores da costa da Arábia, a que chamam «boduis» (beduínos), ou mouros (IX.15-16). O pintor representa igualmente as mulheres «xiraoas»²⁹, muito formosas e grandes dançantes, que são do reino da Síria, cujo senhor é o xeque Ismael (XII.19v-20); os rumes, que habitam no estreito de Meca e de Baçorá (XIII.21-22), a gente que habita na Pérsia, que chamam «turquimões» (turcomanos) (XIV.23-24), considerados, na legenda do desenho, cavaleiros muito valentes e grandes frecheiros cujo rei é o mesmo xeque Ismael, o qual conquistou o *Turco*.

A referência ao Ismail Shah, fundador da dinastia safávida, que reinou na Pérsia de 1501 a 1524, denuncia como os poderes em presença nos espaços representados são importantes para o pintor e para o conhecimento de um espaço cuja realidade se pretende transmitir. O avanço de Ismail contra o Império Otomano é sinalizado, subentendendo-se aquela que foi a sua vitória em Sharur, a ocupação de Tabris e o uso do título de xá (imperador)³⁰.

O pintor referencia igualmente algumas fronteiras do domínio do xá, ecoando as lutas entre os domínios otomano, mameluco e safávida que ensombram os impérios europeus, nomeadamente o português nos alvores de Quinhentos. Para além dos fólhos já referidos, depara-se-nos a representação da gente a que chamavam «corações»³¹ (XIX.31-32) e de alguns dos espaços de actuação do xá. A própria Xiraz (XX.33-34), importante centro deste império, é indicada pelo pintor do nosso códice, que sinaliza os mouros

árabes por fólho) apomos a cada um deles a numeração romana de 1 a LXXVI.» L. de MATOS, op. cit., pp. 18-19.

²⁸ Atente-se igualmente no facto, enfatizado por Ernst van den Boogaart, de as próprias legendas terem sido redigidas por, pelo menos, duas mãos.

²⁹ Pode-se igualmente ler «xirazas» e confrontar-se com o desenho xx.33-34. Cf. L. de MATOS, op. cit., p. 68.

³⁰ Cf. Alexander MIKABERIDZE (ed.), *Conflict and Conquest in the Islamic World: A Historical Encyclopedia*, Santa Barbara, ABC-Clio, 2011, I, p. 431. Importa ter em atenção, como assinalou Ernst van den Boogaart, que a referência ao xeque Ismael, fundador da dinastia safávida que morreu por volta de 1550, ultrapassa a acção deste governante, pois esta titulação passou a ser tomada pelos governantes da Pérsia, aludindo igualmente aos que, no Islão, foram favorecidos pelo fundador da mesma dinastia.

³¹ Khurasan, região do Nordeste do planalto iraniano. Cf. Diogo do COUTO, *Década Quarta da Ásia*, Vol. II, Lisboa, CNCDP, Fundação Oriente e INCM, 1999, pp. 99-100.

que aí habitam. No fólio seguinte, surgem os «noutaques»³² (XXI.35-36), corsários mouros estabelecidos no litoral entre Ormuz e o cabo Jasque.

As qualidades guerreiras são sistematicamente assinaladas, nomeadamente através das legendas que acompanham alguns desenhos, sendo pintadas as armas usadas pelos habitantes representados. Refiram-se apenas alguns exemplos. Nos fólhos XV.25-26 representam-se os gizares que habitam umas ilhas no estreito de Baçorá, igualmente considerados muito valentes e grandes espingardeiros. Já os resbutos (XXXIII.59-60), casta indiana que habita nos matos dos reinos de Cambaia, mantêm-se, segundo a legenda, do roubo; embora sejam valentes, grandes cavalgadores e frecheiros, a sua lei é de gentios. Por seu turno, as gentes que se chamam patanes³³ são muito belicosas, porque as mulheres vão com os homens à guerra a pelejar (XXIII.39-40 e XXIV.40-41). A par destas representações, surge ainda o elefante de guerra (XLII.76-77).

O percurso topográfico do conjunto de desenhos vai prosseguindo, detendo-se o pintor em Ormuz. Aí representa a «gente parsi»³⁴ (XVII.27-28) e os portugueses, pintados numa terra que seria muito calmosa (XVIII.29-30). Refira-se que estes só serão de novo representados depois de o pintor se ter debruçado brevemente sobre a gente de Sinde (XXII.37-38), província que se estendia de Cambaia a Bengala; e longamente sobre Cambaia (XXV.43-44 a XXXVIII.69-79) e o espaço do Malabar e de Goa, em particular. Os portugueses são aí nomeados, como assinala a legenda, como «gente honrada da Índia» (LII.96 e LIII.67). Participam agora de um espaço cujas gentes o pintor continua a representar, assinalando Canará (XLIII.78-79 e XLV.82-83), Ceilão (LIX.106-107 e LX.108-109), Maldivas (LXV.118-119), Orissa (LXVII.122-123), Bengala (LXVIII.124-125), Pegu (LXIX.126-127), Malaca (LXX.128-129), Samatra (LXXI.130-131), Molucas (LXXII.131-132), Java (LXXIII.134-135), Banda (LXXIV.136-137) e China (LXXV.138-139 e LXXVI.140-141).

Outras reordenações podem ser sistematizadas, como a proposta por Ernst van den Boogaart, o qual, face a este conjunto de desenhos, reorganiza geográfico-tematicamente os vários fólhos em 17 núcleos, marcados pela caracterização religiosa³⁵. Mas, tomando o código no seu conjunto,

³² Também referenciados como «naitaques» ou «nautaques», nome depreciativo dado aos balúchis, isto é os originários do Baluchistão.

³³ Espaço de Patna, entre Deli e Bengala, cuja cidade de Patane foi tomada pelos portugueses em 1532.

³⁴ Membros de uma seita monoteísta de origem zoroastrista, descendendo dos persas.

³⁵ A saber: a) África Oriental: pagãos (I. 1-2); b) Abissínia e Socotorá: cristãos (II.3-4 e III.5-6); c) reino de Adém (V.9-10; IV.7-8; IX.15-16; X.17-18; VII.13-14); d) Mascate, na costa da Arábia, no espaço pertencente ao reino de Ormuz: muçulmanos sunitas (VIII.14 bis; VI.11-12; XI.19); e) o Império Otomano: muçulmanos sunitas (XII.19v-20; XIII.21-22; XV.25-26; XVI.26v); f) Pérsia safávida: muçulmanos xiitas (XIV.23-24; XX.33-34; XIX.31-32); g) reino de Ormuz: cristãos e muçulmanos (XVII.27-28; XVIII. 29-30); h) entre a Pérsia e Cambaia: pagãos e muçulmanos (XXI.35-36; XXII.37-38; XXXIII.59-60); i) Cambaia: muçulmanos e pagãos (XXV.43-44;

importa ter em atenção que este percurso pictórico-topográfico explora fundamentalmente os litorais do Índico, com particular incidência nas costas do Indostão, pois vários são os desenhos que se debruçam sobre as actividades aí desenvolvidas. Subscrive-se a digressão matricial dos textos que, no século XVI, se debruçaram sobre a presença portuguesa nos espaços asiáticos, nomeadamente os que se servem do tópico da viagem para narrar as novidades agora entrevistadas. É o espaço das rotas, que tem o Índico e as suas costas como destino, o descrito tanto por Tomé Pires como Duarte Barbosa, logo nos anos 1512-1515.

Estes autores são consultados pelos cronistas da Expansão portuguesa, que deles se servem para confrontar as informações que compilam nas suas histórias da presença portuguesa no Oriente, na primeira metade do século XVI. As suas escritas valorizam a permanência por terras asiáticas. Tanto Fernão Lopes de Castanheda como Gaspar Correia ficaram durante alguns anos na Índia, ao serviço da Coroa portuguesa³⁶. Ainda que João de Barros não tenha estado nos espaços asiáticos, recolheu testemunhos dos que aí tinham vivido³⁷. O detalhe pictórico presente neste códice valida a ideia de que o seu pintor conhecia os ambientes representados.

As fontes matriciais da cronística da Expansão foram as obras escritas por Tomé Pires e Duarte Barbosa, cujos percursos narrativo-topográficos se repercutem igualmente no *Códice Casanatense*. As suas permanências no Malabar, logo no início de Quinhentos, transmitem as primeiras vivências sobre esses espaços, agora dominados pela Coroa portuguesa. Recorde-se que Tomé Pires embarcou em 1511 na armada de D. Garcia de Noronha, na nau de D. Aires da Gama ou na de Cristóvão de Brito, aportando em Cananor, onde supervisionaria a aquisição e escolha das drogas enviadas para o reino, de modo a garantir a sua qualidade. Na Índia passaria igualmente por Cochim, tendo permanecido mais tempo em Malaca. O seu olhar

XXXVII.67-68; XXVIII.49-50; XXXVIII.69-70; XXX.53-54; XXXI.55-56; XXVI.45-46; XXXII.57-58); j) Índia do Norte: muçulmanos (XXIII.39-40; XXIV.41-42); l) Goa: cristãos e pagãos (LII.96; LIII.97; LI.94-95; LVIII.104-105; XLI.75; XL.73-74; LXV.118-119; LVI.100-101; XXXIV.61-62; XXVII.47-48; XXXVI.65-66; XXXIX.71-72); m) Canará, Viyajanagara: pagãos (XLV.82-83; XLIII.78-79; XXXV.63-64; XLII.76-77; XLVI.84-85; XLVII.86-87; XLVIII.88-89; XXIX.51-52; XLIV.80-81; XLIX.90-91; L.92-93; LXVIII.124-125); n) Malabar: cristãos, muçulmanos, judeus e pagãos (LXIV.116-117; LXI.110-111; LVII.102-103; LXII.112-113; LXIII.114-115); o) Sri Lanka, Maldivas: pagãos (LIX.106-107; LX.108-109; LXV.82-83); p) costa oriental da Índia: pagãos (LXVII.122-123; LXVIII.124-125); q) Sudeste Asiático [expressão usada após a Segunda Guerra Mundial]: pagãos (LXIX.126-127; LXX.128-129; LXXI.130-131; LXXIII.134-135; LXXII.132-133; LXXIV.136-137; LXXV.138-139); r) China: pagãos (LXXVI.140-141); s) fora de série e não numerado aparece a representação de um bebé monstruoso.

³⁶ Fernão Lopes de Castanheda permanece durante cerca de 10 anos no Oriente, ao serviço do governador Nuno da Cunha, e Gaspar Correia permanecerá na Índia durante cerca de 50 anos. Cf. A. P. AVELAR, «Fernão Lopes de Castanheda» in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa*. [Consultado a 26 de Novembro de 2012] Disponível em <http://www.fcsh.unl.pt/cham/level/>, e A. P. AVELAR, «Gaspar Correia», cit.

³⁷ Cf. A. P. AVELAR, *Figurações*, op. cit., pp. 24-25.

seria construído a partir desses espaços³⁸. Em 1515, Pires projectou regressar ao reino, porém a chegada do governador da Índia Lopo Soares de Albergaria fá-lo-ia adiar tal decisão. Integraria, então, a armada de Fernão Peres de Andrade, que, em 1516, partiu para a China. Não regressaria dessa viagem³⁹, mas a sua *Suma Oriental* foi enviada para Portugal⁴⁰.

A partir das cópias que conhecemos dessa obra, nomeadamente do manuscrito de Paris, podemos reconstruir o percurso descritivo de Pires, o qual se debruça sobre seis complexos geográficos que organizou em livros: o primeiro descreve o espaço do Egipto a Cambaia; o segundo, de Cambaia a Goa; o terceiro, de Bengala à Indochina; o quarto, da China ao Bornéu e às Filipinas; o quinto é dedicado a Samatra e o sexto, a Malaca.

A importância estratégica deste último porto é amplamente descrita, nomeadamente no que diz respeito ao intenso trato comercial. Sediado nesta praça, Tomé Pires elabora a sua história, expondo as relações económicas que ao longo dos tempos foram sendo estabelecidas pelos soberanos locais, e aduzindo ao longo do seu discurso particularidades observadas no quotidiano⁴¹. Os costumes são minuciosamente apresentados, evidenciando um cuidadoso olhar e atenção que facilitariam ao leitor a compreensão daqueles hábitos.

Tomé Pires distingue as informações recolhidas pelo seu testemunho directo das que lhe chegaram indirectamente. Contudo, a valoração das imagens transmitidas no seu discurso pode ser aferida quando confrontamos Pires com Duarte Barbosa, cuja biografia levanta toda uma série de dúvidas⁴². Presumivelmente, o autor⁴³ teria acompanhado seu tio Gonçalo Gil Barbosa à Índia, onde serviria como «língua» (tradutor) na feitoria de Cananor, regressando ao reino por volta de 1506. Em 1511, o rei ofereceu-

³⁸ Não me vou aqui ater às questões em torno dos dois manuscritos conhecidos da sua obra *Suma Oriental*, mas apenas assinalar o excelente trabalho sobre o texto elaborado por Armando Cortesão, que editou a cópia de Paris, profusamente completado pelo incontornável trabalho de Rui Loureiro, efectuado aquando da impressão do manuscrito de Lisboa. Cf. Rui Manuel LOUREIRO, *O Manuscrito de Lisboa da «Suma Oriental» de Tomé Pires – Contribuição para Uma Edição Crítica*, Macau, Instituto Português do Oriente, 1996, e Armando CORTESÃO, *Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1978.

³⁹ Cf. R. M. LOUREIRO, op. cit., pp. 14-26.

⁴⁰ Importa ter em atenção que Andrea Navagero, emissário de Gian Battista Ramusio, se deslocou, entre os anos de 1525 e 1528, a Lisboa, onde adquiriu uma cópia deste texto, sendo tal manuscrito traduzido para italiano e impresso em 1550 na obra de Ramusio *Navigazioni et Viaggi*.

⁴¹ Atente-se, por exemplo, no facto de as mulheres de Malaca, segundo Tomé Pires, folgarem muito com a vinda dos pegus a terra, pois a eles seriam muito afeiçoadas, crendo o nosso boticário que a causa de tal situação seria, como escreve, a sua doce harmonia, mansidão e boa ventura. Cf. R. M. LOUREIRO, op. cit., p. 134.

⁴² Cf. Maria Augusta da Veiga e SOUSA, *O Livro de Duarte Barbosa (edição crítica e anotada)*, 2 vols., Lisboa, MCT-IICT, 1996, pp. 11-18.

⁴³ Nesta breve digressão biográfica seguimos o estudo de Maria Augusta da Veiga e Sousa.

-lhe um lugar em Cananor e ele partiu de novo para a Índia na armada de D. Garcia de Noronha, na nau *Piedade*, capitaneada por D. Aires da Gama. Seria em Cananor que Duarte Barbosa se cruzaria com Tomé Pires⁴⁴.

Barbosa regressaria ao reino por volta de 1516, partindo de Lisboa no ano seguinte para ocupar um lugar na feitoria de Calecute. Em 1518 teria participado, ou pelo menos assistido, à conquista de Zeila, comandada por Lopo Soares de Albergaria, servindo ainda nesse mesmo ano na feitoria de Cananor. Em 1529, foi intérprete nas negociações levadas a cabo pelo governador Nuno Cunha junto do samorim. Morreu por volta de 1546-1547.

A proximidade a esse governante indicia igualmente o encontro que terá ocorrido entre Duarte Barbosa e Fernão Lopes de Castanheda, visto o autor da *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses* ter permanecido entre 1528 e 1538 na Índia, ao serviço do governador Nuno da Cunha⁴⁵.

Entretanto, o manuscrito de Duarte Barbosa foi enviado para Lisboa, onde foi arquivado. Martin Cinturion recebeu uma cópia do texto, traduzindo-o para castelhano com o auxílio do piloto português Diogo Ribeiro. Tal cópia deveu-se às negociações que se desenvolviam entre as coroas ibéricas sobre a posse das Molucas⁴⁶.

À semelhança de Tomé Pires, também Duarte Barbosa⁴⁷ descreve o seu percurso de viagem por terras asiáticas, sequenciando os mesmos espaços por aquele enunciados. O espaço de Bengala à China é igualmente descrito pela pena de Barbosa, sendo a apreensão do visto aquilo que transparece na sua narrativa. Por seu turno, a narrativa da história de Malaca não aparece em Barbosa como em Tomé Pires. Em Barbosa, é a permanência nas praças portuguesas nas costas ocidentais do Indostão que pontifica. O autor elabora uma descrição pormenorizada dos costumes de Narsinga (Vijayanagar) e do Malabar e enuncia minuciosamente as 18 leis dos gentios, como escreve. Tal como no nosso *Códice Casanatense*, também aqui transparece o enfoque nas costas de Cambaia e do Malabar, nos espaços revisitados ou dominados pela Coroa portuguesa. É o testemunho cuidado de uma vivência quotidiana.

⁴⁴ Conclui-se este dado pelo percurso que se consegue traçar através dos documentos referenciados por Rui Loureiro. Contudo, este possível encontro é, por mim, aqui pela primeira vez avançado.

⁴⁵ Dado aqui facultado pela primeira vez. Sobre a biografia de Fernão Lopes de Castanheda cf. A. P. AVELAR, *Fernão Lopes de Castanheda – Historiador dos Portugueses na Índia ou Cronista do Governo de Nuno da Cunha?*, Lisboa, Cosmos, 1997, pp. 13-67.

⁴⁶ O texto de Barbosa serviria, como outros testemunhos que seriam arrolados para o efeito, para provar a precedência do domínio português das Molucas sobre o espanhol. Este texto seria impresso em italiano, no ano de 1550 por Ramusio nas *Navigazioni et Viaggi*.

⁴⁷ O facto de tanto a narrativa de Duarte Barbosa como a de Tomé Pires terem corrido manuscritas exige que se sigam os trabalhos de hermenêutica textual de Maria Augusta da Veiga e Sousa, para o texto de Barbosa, e o de Rui Loureiro, relativamente ao manuscrito de Lisboa da *Suma Oriental*, de Tomé Pires, sem deixar de ter em atenção, no caso de Tomé Pires, o estudo de Armando Cortesão da leitura e das notas do manuscrito de Paris da *Suma Oriental*.

Importa ter em atenção que Duarte Barbosa e Tomé Pires seguem o mesmo processo de descrição, isto é, traçam o quadro físico e social das várias regiões por onde os portugueses passavam e se estabeleciam. O percurso do Egipto à China, de Tomé Pires, ou do cabo de São Sebastião (Moçambique) aos Léquios (ilhas do arquipélago Ryu-Kyu, que actualmente integra o Japão), de Barbosa, será revisitado pelos cronistas da Expansão que, logo em Quinhentos, transmitem a passagem e permanência da Coroa portuguesa nos diferentes espaços asiáticos. Segue-se, deste modo, o percurso da viagem, o das costas do Índico até aos mares da China.

Perpetua-se em Fernão Lopes de Castanheda e João de Barros o mesmo esquema descritivo, ainda que sejam introduzidas informações que completam ou corrigem os discursos matriciais de Barbosa e Pires, confrontando-os com a vivência que posteriores testemunhos aduzem às descrições, aferindo e aprofundando as imagens transmitidas. No caso de Gaspar Correia, o autor remete o leitor explicitamente para Duarte Barbosa, afirmando, logo na sua primeira *Lenda*, que não escreverá: «[...] nada das terras, gente, e trato, porque houve alguns que n'isso se occuparão, de que vi alguns volumes e mormente um liuro que d'isso fez Duarte Barboza escrivão da feitoria de Cananor [...]»⁴⁸.

Tanto em Pires como em Barbosa se expõem fundamentalmente as redes comerciais e os Outros/orientais, sendo representados, através da exposição das suas qualidades sociais, as quais facilitam a manutenção de um contacto económico mais ou menos permanente. As comunidades locais são descritas como grupos que representam um todo passível de ser conhecido. Por seu turno, a consulta destes textos por autores coevos, nomeadamente por Fernão Lopes de Castanheda ou João de Barros, é determinada pelo propósito que preside a cada um dos discursos, nos quais esses autores palimpsesticamente intervêm⁴⁹.

Importa, por isso, desocultar os nexos interdiscursivos que podem ser estabelecidos entre estas narrativas e os desenhos do *Códice Casanatense*, naqueles que são os vários processos de transmissão da imagem do(s) Outro(s). Entenda-se, por imagem, algo que se assemelha a qualquer coisa construída, no caso do discurso narrativo, como metáfora verbal. Imagem é, assim, intuída como representação, i.e., signo analógico, visto que a semelhança é o seu princípio de funcionamento⁵⁰. O facto de o discurso narrativo ser repetidamente (re)utilizado, através de sucessivas recomposições, leva a que as imagens nele contidas sejam incorporadas em novos contextos, tomando por isso mesmo novas funções, corporizando-se noutros signos analógicos, cuja função importa (re)analisar.

⁴⁸ G. CORREIA, op cit., Vol. I, p. 2.

⁴⁹ Tomamos aqui a noção de palimpsesto como ferramenta que, no campo da interdisciplinaridade, possibilita compreender desde os processos de construção de um texto aos processos de transmissão cultural. Cf. Sarah DILLON, *The Palimpsest. Literature, Criticism, Theory*, London and New York, Continuum, 2007, p. 2.

⁵⁰ Cf. Martine JOLY, *Introdução à Análise da Imagem*, Lisboa, Edições 70, 1994, p. 39.

A descrição do(s) Outro(s) segue nestes discursos quinhentistas, os das crônicas da Expansão, a mesma modalidade descritiva, i.e., da impressão do conjunto passa-se para a exposição das particularidades, explicando-se o diferente, recorrendo-se ao que se conhece e é inteligível ao público ouvinte ou leitor⁵¹. Da matriz textual de Pires e Barbosa são tomados os traços gerais que caracterizam as comunidades e as suas actividades económicas, adequando-se a informação ao propósito específico das diferentes crônicas da Expansão, escritas na primeira metade do século XVI. Estas visam descrever o domínio e a permanência da Coroa de Portugal no espaço asiático.

Assinale-se que também no *Códice Casanatense* este domínio português é evocado. Importa recordar que os portugueses figuram explicitamente em dois momentos. Num primeiro momento, quando é referido o espaço de Ormuz, explicitando a legenda que «esta gente portuguesa» está a comer dentro de água, por ser a terra tão calmosa (Fig. C8). Num segundo momento, quando, após o conjunto de desenhos aguarelados dedicados aos brâmanes e às mulheres solteiras índias cristãs, surge a representação de «gente portuguesa honrada da Índia» (Fig. C30).

O pintor documenta instantes de um quotidiano, o tomar de uma refeição ou a deslocação num espaço público, que não encontramos precisamente descritos nem nos textos matriciais de Tomé Pires ou Duarte Barbosa, nem na nossa cronística da Expansão. A par desta representação do quotidiano, a expressão do domínio português é explícita e epocalmente sinalizada pelo pintor quando referencia Cambaia (Fig. C13). A legenda que acompanha os fólhos 43 e 44 identifica-o: «Rei de Cambaia. Este rei de Cambaia é o que pôs cerco à fortaleza de Diu e está tirado pelo natural⁵².» Esta referência é, aliás, recorrentemente utilizada para datar a elaboração do códice⁵³.

A expressão belicista de Cambaia é descrita pelos textos que descrevem a presença portuguesa no espaço do Indostão. Contudo, essa aguarela é o signo analógico que complementa visualmente o texto matricial de Duarte Barbosa. Este, anos antes, na primeira década de Quinhentos, tinha afirmado que:

El rei de Cambaia é mui grão senhor de rendas e tesouros; tem muita terra e mui rica. [...] traz mui grã corte de gente d'armas de cavalo, os quaes muito há no renho; tem muitos alifantes, que lhe trazem a vender a seu renho de Ceilão, com os quaes faz a guerra aos gentios [...]. Trazem em cima destes alifantes castelos de madeira em que cabem quatro homens e, com frechas e espingardas pelejam com os imigos. [...] Cada um trás duas espadas, ãa adaga e um arco turquesco com mui boas frexas [...]. [Usam] ricos panos de ouro, seda e algodão e de chamalotes; trazem suas tocas nas cabeças; suas ropas são compridas como camissas mouriscas, e as seroulas com borseguins até o

⁵¹ Cf. A. P. AVELAR, *Representações de Um «Novo Mundo» no Portugal de Quinhentos*, Chamusca, Cosmos, 2011, pp. 117-192.

⁵² Cf. L. de MATOS, op. cit., p. 72.

⁵³ Cf. L. de MATOS, op. cit., p. 29.

Joelho, de mui grosso cordovão, lavrados de mui subteis lassos de dentro e de fora da pontilha. [...] Tem mui fremosas e alvas molheres mui bem ataviadas⁵⁴.

Tal complementaridade não se verifica quando observamos a *Suma Oriental* de Tomé Pires, ou as crónicas da Expansão⁵⁵. Na Índia, as costas do Malabar e Cambaia são objecto de uma ampla atenção por parte dos escritores portugueses. A elas aportaram as naus de Portugal, para concretizar o domínio procurado pelos desígnios manuelinos. Observe-se como, servindo-se de Tomé Pires e de Duarte Barbosa, Fernão Lopes de Castanheda e João de Barros manipulam o mesmo processo de descrição do espaço de chegada «às terras da Índia», isto é, anotam as envolvências físicas e os quadros sociais, incorporando a partir da fonte, que funciona como matriz do discurso, a vivência do testemunho, para corrigir e adicionar dados à informação inicial/matricial⁵⁶.

A tipologia descritiva usada na exposição do Outro nos alvares de Quinhentos repete-se mimeticamente nestes textos portugueses que expõem a permanência portuguesa por terras da Índia, sendo, no entanto, possível definir modelações interpretativas do diferente e os vários processos de transmissão usados. Parte-se do geral para o particular, assinalando-se a impressão colhida sobre o conjunto e indicando-se os homens e as mulheres. O observador descreve unicamente o que vê, como elemento exterior ao grupo social. Referenciam-se, assim, a cor da pele e a estatura, veiculando-se a impressão imediata. Afirma-se, por exemplo, serem os habitantes agradáveis ou desagradáveis, as mulheres mais ou menos bonitas e graciosas, os costumes mais ou menos *livres*.

Nestes discursos explicitam-se os comportamentos de grupo, traçando-se os vários quadros de costumes, e relatando-se, para além de práticas nupciais ou funerárias, vários tipos de recepções. Expõe-se a estratificação social observada no novo espaço de permanência portuguesa. Descrevem-se o sistema de castas, o modo de vida dos brâmanes, naires e panicais, os quais, recorde-se, são igualmente representados pelo nosso pintor do *Códice Casanatense*.

⁵⁴ Cf. M. A. V. e SOUSA, op. cit., Vol. I, pp. 187-188 e 191.

⁵⁵ Tomé Pires referencia a economia do espaço e as qualidades militares, sem entrar em pormenores. Cf. A. CORTESÃO, op. cit., p. 163. Também Fernão Lopes de Castanheda assinala Cambaia, apresentando em traços gerais este reino, e descrevendo topograficamente os vários espaços, que servem de enquadramento geral aos acontecimentos. Cf. Fernão Lopes de CASTANHEDA, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, Vol. I, Porto, Lello & Irmão, 1979, p. 387. Este é igualmente o processo descritivo de João de Barros. Cf. João de BARROS, *Ásia – Dos Feitos Que os Portugueses Fizeram no Descobrimento e Conquista dos Mares e Terras do Oriente – Segunda Década*, Lisboa, INCM, 1988, p. 125. No caso de Gaspar Correia, os momentos descritos são os que contextualizam as diferentes refregas, como acontece durante o governo de D. Francisco de Almeida e a questão de Diu. Cf., por exemplo, G. CORREIA, op. cit., Vol. I, p. 746.

⁵⁶ Gaspar Correia, o terceiro cronista da Expansão que escreve na primeira metade de Quinhentos, envia o seu leitor para o livro escrito por Duarte Barbosa. Cf. nota 46.

Mas exemplifiquemos um pouco melhor, tomando a descrição dos naires na exposição do espaço do Malabar. Confronte-se como, pela «palavra» de Tomé Pires e de Duarte Barbosa, se traduz uma imagem cuja representação integrada no código visualiza elementos caracterizadores de um grupo. Para Pires:

A gente do Malavar hé preta e baça e parda, sam todos os reis gentios bramanes ou de casta de seus sacerdotes. A linguagem hé toda hũa, asi como em Italia, defere se pouca cousa. [...] Averá neste Malavar duzentos mill naires, homens de peleja d'espada e adarga e frecheiros. São homens que adoram o seu rei [...] Sam estes naires homens leais e nam tredos. [...] Nenhum naire nam tem pai nem filho. Não casam as nairas, quantos mais amigos tem tamto/ hé mais honrada. [...] Tambem há naires que vemdem azeites e peixe [e] mantimentos. [Muitos] sam oficiais macanicos. Nenhua virtude sabem as nairas do Malavar, nem exercicio de cozer nem de lavar, somente comer e folgar⁵⁷.

Aos traços exteriores, gerais e lineares de um Tomé Pires, que procura expor um quadro de «encontro», contrapõe-se a digressão narrativa de Duarte Barbosa, que historia «um estar», «uma permanência». Assim:

Nos renhos do Malavar ha muitas leis de gente, [...] entre os quaes os naires que são os mais honrados e limpos que são fidalgos e não teem outro oficio senam pelejar onde quer que são necessarios. E continuamente trazem suas armas e hão-o por honra e galantaria, a saber, deles espadas nuas nas mãos e adargas e outros arcos e frechas e outras lanças [...]⁵⁸.

Ainda que apresente as mesmas informações que Tomé Pires, como a referência ao estatuto social, os quadros descritivos de Duarte Barbosa são minuciosos e procuram a precisão do detalhe:

Este naires el-rei não tem poder pera os fazer se não são de linhagem. São homens mui limpos e isentos em sua fidalguia. Servem e guardam mui bem o rei e senhor com quem vivem [...]. Estes não são casados nem teem filhos certos senão os filhos de suas irmãs são seus herdeiros. [...] as nairas são todas isentas em fazerem de si o que quizerem com naires e bramanes e não com gente baxa, sob pena de morte [...]. [Os naires] se mete neles o diabo que é um dos seus deuses em que eles creem [...]. E o naire em que entra vem, com a espada na mão, tremendo e bradando como doudo e dando cutiladas pela cabeça, [...] entra em casa do rei, sem lhe fazer nhsũ acatamento e diz: eu sou tal deos e venho-te dizer que façaes guerra a tal rei, e, às vezes lhe manda outra cousa que nom seja muito serviço de Deos⁵⁹.

Deste modo, na *Suma Oriental*, Tomé Pires evoca os naires no contexto do Malabar, ou seja, num contexto grupal, assinalando características gerais. Por seu turno, Duarte Barbosa, ao desenvolver o seu discurso sobre

⁵⁷ R. M. LOUREIRO, op. cit., pp. 104-105 e 109-110.

⁵⁸ M. A. V. e SOUSA, op. cit., pp. 164 e segs.

⁵⁹ M. A. V. e SOUSA, op. cit., pp. 164 e segs.

o espaço do Malabar e sobre as envolvências sociais, menciona os costumes, que narra com relativo detalhe. Para além dos traços distintivos do grupo, Duarte Barbosa apura as características deste, explicitando as suas crenças.

Quando comparamos estes dois textos com a representação visual dos naires integrada no códice, constatamos a importância que assume o gesto bélico de bramar a espada. Já ao confrontarmos estes textos matriciais com os que deles se servem, nos primórdios do século XVI, como as crónicas da Expansão, identificamos uma ampliação dos quadros descritivos. Estes servem como sistema referencial e contextualizador dos espaços sociais então esboçados. Tanto Fernão Lopes de Castanheda como João de Barros descrevem esta casta dos brâmanes. Estes cronistas da Expansão são os que expõem explicitamente os costumes dos povos, nomeadamente das «terras da Índia», ao contrário de Gaspar Correia, que, como acima afirmei, remete explicitamente o leitor para a obra de Duarte Barbosa. Segundo Fernão Lopes de Castanheda,

Naires, q̃ sam todos fidalgos, & não tem outro officio se não pelejar quando he necessario, & sam gentios: trazẽ continuamente as armas com q̃ pelejão que sam arcos, frechas, lâças, agomias & escudos, & tem que andão coelas muyto hõrrados & galâtes: porem andão nus sómente com hũs panos dalgodão pintados q̃ os cobrem da cinta ate ho gíolho: & descalços com toucas nas cabeças. Viuem todos com el rey ou com senhores de terra que tem moradia (...). Nem os reys podẽ fazer Naires se não forẽ de linhagẽ de Naires (...). Estes per ley do reyno não podẽ casar, & por isso não tẽ filhos certos, porque os que tem sam de mancebas com que dormẽ tres & quatro (...) Estas mulheres ham de ser nairas porq̃ nã podẽ dormir cõ vilaãs, & estas também não casam...



Fig. C33

Gentios malabares que chamam naires

O detalhe descritivo é comum a Fernão Lopes de Castanheda e ao nosso pintor. Por seu turno, os transe visionários a que os naires se expõem, e que foram sinalizados por Duarte Barbosa, são igualmente assinalados pelo autor da *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*. Escreve Castanheda: «[...] ho naire em q̃ ho diabo entra vaise cõ a espada nua diãte del rey tremendo todo, & dando cutiladas em si, & diz. Eu sou tal deos & venho te dizer q̃ faças tal cousa, & isto bradãdo como doudo»⁶¹.

Enfim, a narração impressiva e intensamente visual das roupas e o traçar esquemático dos ritos locais não deixam de ser notados por este cronista, o qual imprime ao texto uma tonalidade descritiva tão eficaz como a que transparece no fólio 114 do *Códice Casanatense*. Este «testemunho de vista», corporizado no uso da primeira pessoa, não aparece em João de

⁶⁰ Fernão Lopes de Castanheda, *Historia do descobrimento e conquista da India pelos Portugueses...* Coimbra, João Barreira e João Alvares, 1551, p. 43.

⁶¹ F. L. de CASTANHEDA, op. cit., p. 45.

Barros, ainda que este exponha minuciosamente os quadros sociais e que, à semelhança de Castanheda, referencie o espaço do Malabar, assinalando na titulação do capítulo os costumes locais e destacando a maneira como vivem os naires. Diz o autor das *Décadas da Ásia*:

De todas estas gerações a mais belicósa é a gente dos Naires por terẽ profissam de serem hómeões de guerra: os quáes sendo do mais nóbre sangue de todo o gëtio na opiniam delles, podense chamar filhos de vulgo: cá nam lhe sabẽ certo pay, por as molheres dos Naires serẽ comũas aos de sua dignidáde. Porem esta ley nam se guárda acerca dos muy nóbres, sómẽte entre o póuo deles [...] hũa molher deste sangue dos Naires [...] póde dar entráda em sua cása a quantos Naires quiser [...] E sam elles & ellas tam liures deste vinco cõjugal, [...] daquy vem nenhũ delles auer por filho o páрто da molher [...] seus verdadeiros herdeiros sam os sobrinhos filhos das jrmãs⁶².

Contudo, a escrita de Barros compensa o eu da vivência autoral no espaço asiático, pela ampla cultura livresca que apura os quadros informativos transmitidos sobre os costumes. Veja-se como se aplica o signo do conhecido ao que agora se conhece. O naire é «armado cavaleiro», à semelhança do que ocorre na Europa de Quinhentos:

Este nóme Naire ajnda que seja do sangue delles, nam o póde algũ ter senam depois que é armádo caualeiro, & porem góza dos priuilégios de sua nobreza [...] E acertádo o seu rey ou senhor que seruem de morrer na batálha, & elle se nam achou naõlle lugar pera morrer com elle: ajnda que seja em reyno estranho, la vam demandar sua mórte [...] ⁶³.

A exposição da novidade passa na escrita de João de Barros pelo precisar minucioso dos usos conhecidos em Portugal. As gentes do Malabar praticam várias artes de adivinhação, as quais são rigorosamente enunciadas pelo nosso cronista, que completa, assim, a informação dada por Duarte Barbosa a esse respeito. Escreve Barros:

[...] é gête tã supersticiósa q̃ nã mouérã o pé sem eleição da óra; [...] Todo o gentio daquellas pártes per astrologia, geomãcia, pyromancia, hydromancia, onomancia, & outras especias destas ártes que elles referem ao curso do ceo & planetas: mas ajnda todo o genero de agouros per alymarias áues & outras feiticerias em q̃ mostram serẽ mais doctrinádos, ou melhor dizer mais familiáres do demónio do q̃ forã nesta páрте os Grégos & romanos segundo as cousas q̃ fazem de q̃ tem muytos liuros⁶⁴.

Em suma, quando analisamos a figuração do Outro nos textos matriciais de Tomé Pires e de Duarte Barbosa, encontramos similitudes descritivas, ainda que as vozes autorais se distingam. Processo idêntico é usado

⁶² J. de BARROS, *Ásia – Dos Feitos Que os Portugueses Fizeram no Descobrimento e Conquista dos Mares e Terras do Oriente – Primeira Década*, Lisboa, INCM, 1988, p. 355.

⁶³ Ibid., p. 356.

⁶⁴ Ibid., p. 357.

por Fernão Lopes de Castanheda e por João de Barros. A erudição de quem não vivenciou o espaço e que o observa, ou melhor, o transmite através de outros olhares que o experienciaram, é tanto mais evidente quanto se confronta o texto de Barros com os daqueles que visitaram e permaneceram nos espaços asiáticos: pense-se na explicitação das artes divinatórias que Barros aduz ao discurso matricial. O experienciado evidencia-se em Castanheda, por exemplo, no modo como este assinala seja os panos pintados que cobrem os naires da cintura aos joelhos, seja o facto de estes andarem descalços com toucas na cabeça, plasmando-se no seu discurso a visualidade, denotada nos desenhos aguarelados do *Código Casanatense*, em que, apesar do simples traço, transparecem instantes de um longínquo quotidiano, identificador de um tempo em que, através da representação da palavra, os *discursos* narrativo e pictórico se descodificam.

Assiste-se, deste modo, nos textos por nós analisados, a uma mais ou menos constante analogia entre signos pictóricos e narrativos, cujos nexos interdiscursivos importa compreender na sua plenitude, pois os mesmos formaram em Quinhentos o discurso da Expansão e da permanência portuguesa noutras terras e noutros mares.

Bibliografia

- ALMEIDA, M. Lopes de (ed.), *Obras de Jerónimo Corte Real*, Porto, Lello & Irmão, 1979, p. 19.
- AVELAR, Ana Paula, «Fernão Lopes de Castanheda», in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa*. [Consultado a 26 de Novembro de 2012] Disponível em <http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve>.
- AVELAR, Ana Paula, «Gaspar Correia», in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa*. [Consultado a 26 de Novembro de 2012]. Disponível em <http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve>.
- AVELAR, Ana Paula, *Fernão Lopes de Castanheda – Historiador dos Portugueses na Índia ou Cronista do Governo de Nuno da Cunha?*, Lisboa, Cosmos, 1997.
- AVELAR, Ana Paula, *Figurações da Alteridade na Cronística da Expansão*, Lisboa, Universidade Aberta, 2003.
- AVELAR, Ana Paula, *Representações de Um «Novo Mundo» no Portugal de Quinhentos*, Chamusca, Cosmos, 2011.
- BARCHIESI, Roberto, «L'Oriente catalogato in un manoscritto pittorico del Cinquecento», *Quaderni portoghesi*, 4, Pisa, 1978, pp. 163-182.
- BARROS, João de, *Ásia – Dos Feitos Que os Portugueses Fizeram no Descobrimento e Conquista dos Mares e Terras do Oriente – Primeira Década*, Lisboa, INCM, 1988.
- BETHENCOURT, Francisco, «Configurações Políticas e Poderes Locais», in Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto (dir.), *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*, Lisboa, Edições 70, 2010, pp. 211-233.
- BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, Vol. 1 («A Formação do Império, 1415-1570»), [Lisboa], Círculo dos Leitores, 1998.

- BOCARRO, António, *O Livro das Plantas de Todas as Fortalezas, Cidades e Povoações da Índia Oriental*, 3 vols., Lisboa, INCM, 1992.
- BRAUDEL, Fernand, GUADALUPI, Gianni, BARCHIESI, Roberto e BARBOSA, Duarte, *Oltremare: Codice casanatense 1889: con il Libro dell'riente di Duarte Barbosa*, Franco Maria Ricci, 1984.
- CASTANHEDA, Fernão Lopes de, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, 2 vols., Porto, Lello & Irmão, 1979.
- CID, Isabel, «Introdução», in António Bocarro, *O Livro das Plantas de Todas as Fortalezas, Cidades e Povoações da Índia Oriental*, Vol. 1, Lisboa, INCM, 1992, pp. 9-35.
- CID, Pedro de Aboim Inglês, «As Fortalezas Manuelinas do Índico: Características e Antecedentes», *O Livro das Plantas de Todas as Fortalezas, Cidades e Povoações da Índia Oriental*, n.º 12, 2011, pp. 9-42.
- CORREIA, Gaspar, *Lendas da Índia*, 4 vols., Porto, Lello & Irmão, 1975.
- CORTESÃO, Armando, *Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1978.
- CORTESÃO, Armando e ALBUQUERQUE, Luís de (ed.), *Obras Completas de D. João de Castro*, 4 vols., Coimbra, Academia Internacional de Cultura, 1976.
- COSTA, Palmira Fontes da, «Secrecy, Ostentation, and the Illustration of Exotic Animals Sixteenth-Century Portugal», *Annals of Science*, Vol. 66, n. 1, Jan. 2009, pp. 59-82.
- COUTO Diogo do, *Década Quarta da Ásia*, 2 vols., Lisboa, CNCDP, Fundação Oriente e INCM, 1999.
- DILLON, Sarah, *The Palimpsest. Literature, Criticism, Theory*, London and New York, Continuum, 2007.
- HUNT, John Dixon, LOMAS, David e CORRIS Michael, *Art, Word and Image – Two thousand years of Visual/Textual Interaction*, London, Reaktion Books, 2010.
- JOLY, Martine, *Introdução à Análise da Imagem*, Lisboa, Edições 70, 1994.
- LOUREIRO, Rui Manuel, *O Manuscrito de Lisboa da «Suma Oriental» de Tomé Pires – Contribuição para Uma Edição Crítica*, Macau, Instituto Português do Oriente, 1996.
- MATOS, Luís de (ed.), *Imagens do Oriente no Século XVI – Reprodução do Códice Português da Biblioteca Casanatense*, Lisboa, INCM, 1985.
- MIKABERIDZE, Alexander (ed.), *Conflict and Conquest in the Islamic World: A Historical Encyclopedia*, Santa Barbara, ABC-Clio, 2011.
- RUSSELL-WOOD, Anthony John R., «Padrões de Colonização no Império Português, 1400-1800» in Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto (dir.), *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*, Lisboa, Edições 70, 2010, pp. 171-206.
- SCHURHAMMER, Georg, «Desenhos orientais do tempo de S. Francisco Xavier», in *Garcia da Orta*, Lisboa, Junta das Missões Geográficas e de Investigação do Ultramar (número especial dedicado à Índia portuguesa e integrado nas comemorações do quarto centenário da introdução da imprensa em Goa), [1956], pp. 247-255.
- SOSA, Maria Augusta da Veiga e, *O Livro de Duarte Barbosa (edição crítica e anotada)*, 2 vols., Lisboa, MCT-IICT, 1996.